

URBANIZAÇÃO SEM URBANIDADE: UM CENÁRIO DE INCERTEZAS*

Ana Clara Torres Ribeiro**

"Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

— Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? — pergunta Kublai Khan.

— A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra — responde Marco —, mas pela curva do arco que estas formam.

"Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo, depois acrescenta:

— Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

— Sem pedras o arco não existe".

Italo Calvino
Cidades Invisíveis

1 - Entre o passado e o futuro

"(...) pois é, de fato, mais fácil desmentir que confirmar prognósticos que se firmam em experiências passadas." (SANTOS, M., 1988).

* Este estudo foi elaborado para apresentação no seminário O Processo Brasileiro de Urbanização: Diagnóstico Global, organizado pelo Ministério das Relações Exteriores, em Belo Horizonte, em 30 e 31 de março de 1995.

** Professora Adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e Pesquisadora do CNPq.

O autor agradece a ajuda recebida, na elaboração deste texto, da Geógrafa Cátia Antônio da Silva, pesquisadora do projeto Novas Tecnologias no Espaço Metropolitano: Questões da Saúde e do Trabalho" (CNPq/FINEP), das bibliotecárias do IPPUR da UFRJ e do IBGE, pela permanente disponibilidade na busca de textos atualizados e informações, e, ainda, com especial ênfase, o conhecimento das condições da vida urbana no Brasil que tem sido propiciado pelos companheiros e colegas do Fórum Nacional pela Reforma Urbana da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR).

A reflexão atualizada da urbanização brasileira exige o enfrentamento de obstáculos novos que se somam àqueles reconhecíveis nos temas amplos e complexos. A realidade contém, efetivamente, os efeitos de fenômenos recentes ou ainda em curso, como os associados ao intenso movimento de reestruturação da economia no plano mundial — com forte poder de interferência nos circuitos positivos e, portanto, na divisão social e territorial do trabalho no País (STORPER, 1990) — e aqueles articulados ao indefinido término da transição política brasileira, no qual as intenções de reforma da Constituição, se concretizadas, introduzirão mudanças substanciais na natureza da esfera pública e, portanto, nas históricas relações Estado-Urbano.

Essa frente de fenômenos novos, expressiva de vínculos cada vez mais intensos e ágeis entre as escalas internacional e nacional, praticamente tem tido a totalidade das nossas preocupações com o futuro, dividindo opiniões e expectativas e, assim, deixando pouco espaço para uma discussão mais consistente e informada sobre o desafio representado pelas cidades brasileiras. Afinal, tal discussão, para ser concretamente positiva, exige o reconhecimento simultâneo tanto das tendências antes citadas quanto de suas interações com especificidades regionais e locais.

Além disso, a crescente difusão de informações sobre as mudanças na economia tem significado um olhar dirigido de forma quase exclusiva para as questões — de importância indubitável — relativas à expansão do mercado de bens e serviços e às formas de financiamento do Estado. Esse olhar unidirecional favorece, porém, o ocultamento das bases especiais e sociais do próprio desenvolvimento econômico, tendendo a transformar a política econômica — e sobretudo financeira — na totalidade da política.

A contraface dessa tendência manifesta-se na corrente redução da ética à moral, ou seja, o princípio básico da correção nos atos pessoais tem sido acionado, pelo discurso político e pela mídia, não em reforço, mas, sim, como substituto da busca de respostas adequadas ao repto civilizatório representado pelo urbano brasileiro. Existiria hoje, assim, falta de mobilização social e política no tratamento da face estrutural e institucional das questões urbanas — sua não-articulação a projetos de desenvolvimento econômico e social consistentes —, o que transformaria as cidades, principalmente as metrópoles, em palcos para ações emergenciais e transitórias desarticuladas de projetos e de estratégias de longo curso.

Essa redução não contribui para a conquista coletiva de um nível de urbanidade, isto é, de amadurecimento das relações políticas e sócio-culturais

no urbano, compatível com o agudo grau de urbanização alcançado pelo País nas últimas décadas. Ao contrário, talvez possamos dizer que é sobretudo na qualidade da vida urbana, em suas condições materiais e sociais, que mais clara e rapidamente pode ser apreendida a incongruência histórica do desenvolvimento brasileiro, expresso num hibridismo entre formas e práticas sociais reprodutoras de padrões internacionais de consumo e exclusões radicalizadas.

Com a última observação, salientamos o fato de que a ausência de projetos para o urbano sujeita a sociedade brasileira, atualmente, aos riscos de adesão a impulsos de inovação — tantas vezes caros e comprometedores do futuro — que a transformam num espelho reduzido de tendências internacionais potencialmente passageiras. Possibilidade esta exemplificável nos poucos edifícios pós-modernos, com suas fachadas simbolicamente deformantes. Comportamentos escassamente criativos, ou mesmo miméticos, tenderiam, nesse sentido, a prejudicar a descoberta de saídas para a crise econômica e social extensíveis aos enormes contingentes populacionais concentrados nos espaços urbano-metropolitanos do País.

Os riscos de fragmentação do tecido urbano material e imaterial (sócio-cultural), portados pelas formas contemporâneas de valorização capitalista, têm chamado fortemente a atenção de estudiosos dos países capitalistas centrais. Naturalmente, tais riscos são ainda muito mais graves nos países periféricos ao sistema mundial, nos quais sucessivos processos de modernização deixaram as marcas de sua parcialidade—fragilidade e incompletude — no espaço e na sociedade.

Como articular processos anteriores e atuais de modernização em busca de coerência e de ampliação da justiça social na cidade? Como evitar novas e mais amplas cisões espaciais e a agudização da desigualdade social? Estas são perguntas particularmente significativas no atual contexto de incertezas, mas também frente à crescente consciência dos males sociais redundantes de modelos de modernização que, historicamente, foram incapazes de propor uma vida urbana realmente enriquecedora e expressiva da construção de uma totalidade social culturalmente diversificada e, portanto, plural e democrática.

Afinal, as marcas da exclusão social na materialidade urbana-metropolitana podem ser consideradas muito mais estruturais do que conjunturais, isto é, como demonstrativas das desigualdades sócio-territoriais que têm origem na forma histórica de realização da sociedade de classes no Brasil. Na constituição dessa sociedade, não devem ser omitidos fatores culturais e ideológicos legitimadores da segregação e da subalternização de matrizes culturais e de vastas camadas sociais.

É face a essa bagagem histórica que as atuais propostas de cunho neoliberal surgem como ameaças particularmente graves à integração social. Nesse sentido, Norbert Lechner (1990), ao examinar o caso chileno, levanta questões pertinentes à totalidade do contexto latino-americano: como enfrentar as ameaças de aumento dos níveis de exclusão, portadas pelos atuais projetos de modernização, em realidades sociais com intensos déficits de modernidade, isto é, de racionalidade normativa nas relações econômicas e sociais? Ou, ainda, como enfrentá-las numa ordem segmentada, onde as políticas propostas se limitam à manutenção mínima dos contingentes populacionais excluídos, mas não à sua integração?

As indagações desse autor poderiam ser reproduzidas, com pertinência, em relação à distância sócio-cultural, antes referida, entre intensidade do processo de urbanização e carência de urbanidade. Desafio complementar surge, por um outro ângulo de observação, das palavras de Marcus André B. C. de Melo (1990, p.178-179):

"(...) a crise brasileira assinala a ruptura do regime de acumulação vigente, mas não se pode ainda vislumbrar para onde se está encaminhando o capitalismo brasileiro (...) resta a perplexidade de se estar, a um só tempo, a um passo da barbárie e da pós-modernidade".

2 - Mutações na cena urbana brasileira

"(...) iremos ao encontro do próximo milênio sem esperar encontrar nele nada além daquilo que seremos capazes de levar-lhe." (Italo Calvino — **Seis Propostas para o Próximo Milênio**).

A dimensão das dúvidas contemporâneas, no entanto, em vez de impedir a realização de proposições para o futuro coletivo — para o futuro urbano —, sugere, fortemente, ao contrário, a plena liberdade de reflexão. Mais do que antes, é compartilhada, hoje, a compreensão dos limites dos raciocínios deterministas e evolucionistas. A vida social surge, ao novo olhar dirigido às cidades, como um campo de possibilidades a serem desvendadas e projetadas.

No caso brasileiro, o lidar com múltiplas escalas de análise e fatores de ordens diversas parece ser particularmente indispensável. Afinal, às mudanças, em curso, nas esferas produtivas e político-administrativa, somam-se os efeitos sociais de uma longa década recessiva: "No período entre 1981

e 1992, a taxa de crescimento econômico baixou para apenas 1,5% ao ano, insuficiente para acompanhar o crescimento populacional de 1,9% ao ano. Conseqüentemente, houve redução do PIB *per capita*" (SABÓIA, 1994, p.93).

As dificuldades econômicas, em expansão na última década, articulam-se com fatores referidos à cena política constituída pelo urbano brasileiro. Entre meados dos anos 70 e meados dos anos 80, a politização da questão urbana ganhou, sem dúvida, grande visibilidade. Tratava-se de emergência, na conjuntura da redemocratização, de novas forças sociais expressivas da desigualdade social radicalizada pelo modelo de crescimento econômico implementado durante o período autoritário (SADER, 1988).

Pareciam ter alcançado velocidade própria um processo amplo de organização sócio-política e a luta pelo resgate da dívida social acumulada nas cidades do País, principalmente em suas metrópoles. Eclodiram os denominados movimentos sociais urbanos, portadores de anseios democráticos e de novas propostas institucionais. Postulou-se o ideário de uma ansiada gestão democrática da cidade, segundo o qual seriam ampliados os instrumentos do controle do poder público sobre os usos do solo urbano e garantida a participação social na definição das condições materiais da vida urbana.

Nesse período, expandiu-se, ao longo da rede brasileira de cidades, o movimento comunitário urbano, em bases que procuravam ultrapassar tradições políticas de cunho clientelista e paternalista (SANTOS, M., 1993). Buscou-se, nesse processo, encontrar os caminhos propícios à consolidação de uma nova cultura política, uma cultura de direitos (CARVALHO, 1990), capaz de revitalizar e transformar a esfera pública e de reter mecanismos reprodutores da segregação sócio-espacial. O movimento social urbano atingiu, realmente, níveis elevados de organização, consolidando federações de associações de moradores em vários estados e regiões metropolitanas e ensaiando a institucionalização de confederações representativas dos interesses populares na cena urbana (GRAZIA, 1993). O diálogo estimulado por esse amplo processo de organização, em torno da problemática urbana do País, incorporou bases institucionais heterogêneas (partidos políticos, igrejas, organizações não governamentais, instituições acadêmicas, associações profissionais). As frentes de atuação assim constituídas denunciaram mecanismos de privatização do Estado por grupos envolvidos em processos de especulação com a terra urbana, em concessões na prestação de serviços públicos e nas formas de produção imobiliária que, usufruindo amplamente de investimentos realizados pelo Estado, pouco retorno ofereciam ao bem-estar coletivo.

Cabe enfatizarmos, entretanto, que o novo associativismo, expressivo das reivindicações urbanas, alcança a identificação mais coesa dos interesses coletivos na cidade — reconhecendo e denunciando os seus opositores —, numa conjuntura econômica adversa, em que os investimentos escasseiam e o Estado, nos vários níveis de governo, enfrenta as restrições oriundas da crise fiscal e a crescente dependência de financiamentos internacionais para realização de investimentos urbanos básicos.

O quadro urbano encontra-se, assim, fortemente sujeito a mudanças em composições de interesses econômicos e alianças políticas. O País, de fato, enfrenta os efeitos perversos da estagflação, sentidos, profundamente, na materialidade e na sociedade urbanas. Ainda nas palavras de Marcus André B. C. de Melo (1990, p.176-177):

"O que interessa relevar é que a década de 80 como um todo assinala historicamente o esgotamento do padrão de intervenção do Estado que viabilizou o fordismo periférico. Isto se expressa no colapso do padrão de funcionamento das políticas públicas num quadro de crise fiscal de grandes proporções".

O mesmo autor, em complemento, acrescenta:

"Enquanto no período 1979-83 as unidades financeiras pelo SFH representavam 47,8% dos novos domicílios construídos no período, nos anos 1984-86 este percentual se reduziu a 8%, o que foi acompanhado de uma queda vertical do *output* do setor formal no País e que se expressa numa redução na participação do valor dos financiamentos habitacionais no PIB de 2,7% em 1980 para 0,3% em 1986 — dados que sinalizam o colapso da intermediação financeira na produção de habitações" (MELO, 1990, p.177).

Essa conjuntura, no âmbito dos movimentos sociais, importa na resistência a processos de despejo decorrentes de inadimplência com o SFH, na defesa de ocupações de terras urbanas e na exigência de equipamentos coletivos em loteamentos clandestinos e irregulares. Importa, ainda, na participação, em conjunto com outros movimentos, em reivindicações referentes à saúde, ao saneamento, aos transportes e à educação (JACOBI, 1989).

Nos anos 80, além do deslocamento ou apagamento relativo de atores tradicionais do urbano — conforme referência, antes realizada, ao aparelho público e aos capitais aplicados na produção imobiliária —, os movimentos enfrentaram desafios decorrentes diretamente da crise social. Bases de sobrevivência da população foram duramente atingidas durante os anos recessivos, como demonstram os dados do mercado de trabalho metropolitano.

Nessa direção, João Sabóia (1990, p.99, 100) afirma:

"Fazendo-se uma retrospectiva da evolução (do mercado de trabalho) encontrada em São Paulo na última década (1982-92), observa-se um nítido retrocesso. O emprego com carteira assinada foi substituído pelo trabalho por conta própria, onde a remuneração média é menor e a proteção previdenciária praticamente inexistente. Quanto ao emprego sem carteira, o resultado líquido de sua flutuação foi um retorno à situação do início da década passada. O movimento ocorrido em São Paulo repete-se com maior ou menor intensidade nas outras regiões metropolitanas. Cabe assinalar o crescimento da importância do trabalho por conta própria, especialmente a partir de 1990. Em todas as regiões [metropolitanas], seus percentuais, em 1992, eram os mais elevados da década. A intensa redução relativa do assalariamento com carteira assinada, a partir de 1990, é uma constante (...)"

Pela relevância dos dados levantados por esse autor, para a compreensão da situação da vida urbana no Brasil, reproduzimos, em anexo, uma de suas tabelas referente à população ocupada, por posição na ocupação, em seis regiões metropolitanas brasileiras (São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife) — Tabela 1. João Sabóia chama atenção para o processo que denomina de precarização das relações de trabalho nos espaços metropolitanos. A esse processo, somam-se a informalização crescente das soluções habitacionais — cujo ponto máximo é o aumento da população habitante de ruas e viadutos das grandes cidades do País (LIMA, 1994) — e a tendência à despolitização das relações econômicas e sociais no espaço urbano (SILVA, 1989).

Tabela 1

População ocupada, por posição na ocupação, nas regiões metropolitanas do Brasil - 1982-92

(%)

DISCRIMINAÇÃO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	RIO DE JANEIRO	BELO HORIZONTE	SALVADOR	RECIFE
Empregados	79,0	74,9	73,1	72,9	69,7	69,1
Com carteira ..	62,2	61,5	53,8	53,6	49,1	44,0
Sem carteira ..	16,8	13,4	19,3	19,3	20,6	25,1
Trabalhadores por conta própria .	16,1	20,1	22,7	22,1	27,1	27,4

FONTE: SABÓIA, Joifo (1994). Tendências do mercado metropolitano: des(assalariamento) da mão-de-obra e precarização das relações de trabalho. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de OVEIROS, SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos, org. Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.109.

NOTA: 1. Percentuais obtidos pelas médias das taxas mensais do período 1982-92.

2. A soma dos empregados e dos trabalhadores por conta própria é inferior a 100% por exclusão dos empregados.

3 - Em busca de orientação: o que é desenvolvimento urbano hoje?

"Portanto, é na direção de um novo humanismo que devemos tender e pelo qual devemos nos esforçar, isto é, na direção de uma nova práxis e de um outro homem, o homem da sociedade urbana." (LEFÈBVRE, 1969).

O quadro da situação econômico-social rapidamente esboçado no item anterior não deixa dúvidas sobre a magnitude e a gravidade das questões suscitadas pela urbanização brasileira. Nesse quadro, e tendo em vista o déficit de urbanidade que marca as relações sociais na cena urbana do País, necessitariam ser criteriosamente reconhecidos e estimulados aqueles

processos de organização coletiva que contribuem para a concepção de um novo ideário para a vida coletiva e para o compartilhamento da materialidade historicamente construída.

É nesse nível que se impõe a defesa da participação social na gestão urbana, bem além da afirmação inespecífica da esfera local como âmbito exclusivo para o enfrentamento das carências urbanas e, também, bem além da adoção de formas padronizadas — lidas como culturalmente intercambiáveis — de intervenção pública (GARCIA, 1993).

A necessidade de envolvimento urgente da participação social no encontro de formas solidárias e culturalmente enriquecidas de vida urbana ainda encontra hoje como resposta a experiência de organização e reivindicação acumulada pela década. Um momento exemplar desse acúmulo pode ser identificado na participação do movimento popular, com a plataforma da reforma urbana, no processo constituinte (GRAZIA, 1993).

Ficou clara, nos últimos anos, entretanto, a intensidade das mudanças em curso no tecido social e nas formas de apropriação do espaço no urbano brasileiro, principalmente em algumas de suas grandes cidades. Com o agravamento da crise social — num cenário de abandono da infância, de perda de projetos consistentes de mobilidade social para a juventude e de expansão da pauta de valores individualistas e consumistas —, ocorrem processos de modernização, de reestruturação urbana, desarticulados de projetos abrangentes de desenvolvimento social e do tratamento coeso da materialidade urbana.

Nesse sentido, também no Brasil estão presentes aqueles processos de atualização das relações sociais e do espaço urbano expressivos da globalização da economia e da consolidação de bases técnicas atualizadas, principalmente aquelas vinculadas às novas tecnologias de informação e comunicação e às novas formas de gestão das atividades econômicas (RIBEIRO, 1994a).

Um novo meio técnico-científico — um novo hábitat — encontra-se em consolidação no País. Como nos esclarece Milton Santos (1988), trata-se da emergência de novos sistemas de objetos e ações, novas próteses urbanas, que desafiam a capacidade de adaptação cultural da sociedade e, ainda, a capacidade de gestão das necessidades coletivas pelo poder público.

Elementos de uma cidade mundial podem ser reconhecidos, por exemplo, em São Paulo, como demonstra Helena Kohn Cordeiro (1993: 324): "A metrópole, privilegiada pela concentração de atividades do sistema transna-

cional capazes de organizar o macroespaço, torna-se a principal emissora de decisões e inovações no sentido econômico, social, cultural e político". Inovações que se difundem de forma desigual pelo tecido da própria metrópole e ao longo do território brasileiro, principalmente através do real instrumento de gestão constituído por sua rede urbana (CORREA, 1989).

É intensa a seletividade no processo de incorporação de inovações a que se encontram sujeitas a economia e a sociedade brasileiras. Milton Santos (1990), nessa direção, lê a metrópole de São Paulo, em sua fisionomia contemporânea, através de uma articulação de processos que a caracterizam como uma metrópole corporativa e fragmentada, submetida a impulsos contraditórios de evolução e inovação.

Ainda nessa mesma linha de reflexão, e como exemplo dos desafios atuais a uma gestão democrática da vida urbana no Brasil, análises da metrópole do Rio de Janeiro permitem reconhecer que, sob uma adesão generalizada ao discurso da crise da cidade, ocorre a disputa acirrada de interesses pela instalação de objetos urbanos expressivos das novas formas mundiais de realização dos negócios (comunicações, *shopping centers*, centros de comércio) e, assim, da denominada modernidade, transformada, em discursos de rápida difusão na última década, em projeto acrítico de modernização (ARAÚJO, 1993; SILVA, 1993).

As formas atualmente necessárias de participação social, tendo em vista a renovação e o enriquecimento da esfera pública, dependem do entendimento dos processos novos e de seus impactos econômicos e culturais e, não menos importante, sobre a materialidade urbana. Em artigo intitulado **Metropolização e Modernidade**, Joan-Eugeni Sanchez (1994, p.298) chama atenção, a partir de exemplos internacionais, para os elos contemporâneos entre o universo urbano e a nova frente de interesses econômicos de orientação concertada com tendências mundiais:

"A metrópole apresenta-se como lugar de produção de modernidade. A cidade, portanto, representa o lugar concreto, o ponto de atuação dos agentes, assim como o sítio onde se produzem os valores de uso — como inovação — e os valores de troca — reforçados pelo prestígio — da modernidade, e de onde competirá como cidade no mercado mundial. Daí se chamar *city marketing* o mecanismo institucional de produção e venda da cidade como lugar de recepção/irradiação".

Caberia assinalarmos que esse nível de mudança se encontra relacionado a alterações na escala e na composição dos interesses atuantes no espaço urbano-metropolitano. Emergiram no País, na última década, novas e articuladas formas de associativismo empresarial pouco ou nada esclarecidas através das usuais referências à fórmula: turismo mais indústria não poluentes mais instituições de conhecimento técnico e científico mais promoção cultural. Fórmula esta apresentada, tantas vezes em anos recentes, como solução eficaz e moderna para a superação da crise urbana em todas as suas vertentes e diferentes inscrições espaciais.

Encontra-se insinuado, nessa fórmula, um novo tipo de homogeneização modernizante da sociedade e do território e, mais, do espaço intra-urbano; porém tal projeto seria viabilizado, agora, pelas forças autônomas do mercado (ORTIZ, 1990). Trata-se, com frequência, da ênfase unilateral em processos que, nos países centrais, em vez de submissão ao paradigma da liberdade de mercado, tem implicado o envolvimento firme e decidido de organismos de governo e órgãos de planejamento (TAVARES, 1993). Intervenção esta compreendida como sendo indispensável pela necessidade de acomodação generalizada e ampla da sociedade a novos níveis técnicos de produção e, logo, de reprodução.

Busca-se, assim, encontrar caminhos que dêem legitimidade aos novos princípios da acumulação capitalista, que garantam viabilidade à esfera política. Por sua vez, as características da reestruturação econômica imporiam políticas nacionais e locais viabilizadoras do aumento da criatividade coletiva e, também, estimuladoras da incorporação dos contingentes urbanos à nova configuração das oportunidades e recursos. Dificilmente tais políticas podem ser concebidas através da adoção de metodologias de intervenção externadas das bases sociais e culturais locais (SANTOS, M., 1988).

Trata-se, ao contrário, de um novo ritmo desejável de articulação entre processos externos e internos ao País, à região, aos lugares. A afirmação de uma esfera pública sólida e democrática poderia, nesse sentido, garantir a reversão de tendências, históricas no País, de realizar o pagamento do preço da modernização às novas frentes de atividades econômicas através da redução da incorporação de contingentes populacionais e espaços, através do envelhecimento precoce de infra-estruturas e serviços ou, ainda, mediante a precarização de relações de trabalho e condições básicas da vida urbana.

Michael Storper (1990, p.125) alerta-nos para o fato de que depende das relações sociais, em cada país ou lugar, o desencadeamento do ciclo de

salários e consumo crescentes — e, portanto, também de acesso coletivo crescente a equipamentos e serviços urbanos —, realmente expressivo do desenvolvimento econômico e social. É face a esse alerta que o déficit de urbanidade, ou de racionalidade normativa (Norbert Lechner), necessita ser enfrentado em sua natureza intrinsecamente política e institucional:

"É claro que coordenar duas taxas — da expansão da exportação e do crescimento do mercado doméstico induzido pelos salários — é o principal objetivo do programa de industrialização nos países do Terceiro Mundo (...). Nenhum programa regional baseado apenas numa geometria do sistema urbano idealizada, e que dessa forma ignore a dinâmica endógena dos sistemas de produção e sua complexidade organizacional substantiva, tem possibilidades de sucesso" (STORPER, 1990, p.135, 144).

As tarefas de controle social dos recursos essenciais à vida coletiva tomam-se, assim, mais amplas, já que os vínculos entre industrialização e urbanização sofreram intensa reconfiguração na última década, através da convivência da crise com mudanças na base técnica e administrativa da produção: inovações tecnológicas, flexibilidade, terceirização, manipulação da demanda pelos meios de comunicação e pelo *marketing* (ORTIZ, 1988). Face a esse nível de mudanças, transformam-se tanto as respostas esperadas dos governos quanto os caminhos da participação social na gestão da vida urbana.

Uma noção inovadora de desenvolvimento urbano necessita ser compartilhada pela sociedade brasileira. Na construção de um novo ideário para as cidades do País não caberia mais, é evidente, a preservação de antigas certezas que garantiram a existência de vínculos — naturais e automáticos — entre urbanização, crescimento econômico e desenvolvimento social. Não caberiam, ainda, ilusões quanto à possibilidade das novas formas de organização das atividades econômicas e de exploração dos recursos urbanos radicalizarem velhos mecanismos de segregação sócio-cultural, como exemplifica o acesso social às novas tecnologias de informação nos espaços metropolitanos (FINQUELIEVICH, VIDAL, KAROL, 1988).

Da mesma maneira, no âmbito das relações de trabalho, as características do projeto de modernização/modernidade que se instala no País trazem em si os riscos de uma adaptação precária e subalterna a tendências mundiais, principalmente na ausência de um amplo envolvimento da sociedade civil e do poder público na construção dos seus rumos. Mais uma vez, nas palavras de Michael Storper (1990, p.139, 140):

"A produção flexível não pode ser simplesmente transferida para a mão-de-obra desqualificada e deseducada do Terceiro Mundo; ela requer o desenvolvimento de consideráveis habilidades de produção no mercado de trabalho local".

Do mesmo modo, o artigo citado de João Sabóia (1994) articula o crescimento da terceirização nas metrópoles ao aumento do número de trabalhadores por conta própria e, ressaltamos, de assalariados sem carteira assinada.

Existem assim, atualmente, novos elos — construídos e a serem estabelecidos — entre produção e reprodução social, entre sociedade e território e entre economia e política. Nesse sentido, precisaria ser valorizada, na atual conjuntura, a experiência de enfrentamento das questões urbanas desenvolvida por movimentos sociais e organizações populares nas últimas décadas. Na mesma direção, deveríamos reconhecer aquelas experiências de governo que conseguiram estimular o envolvimento de parcelas significativas da população em programas bem-sucedidos, ainda que difíceis, de melhoria das condições de vida nas médias e grandes cidades brasileiras (BERGMAN, 1990; FRANCO, 1993) (Ver vários números dos periódicos: **Espaço e Debates**, **Proposta**, **Pólis**, **Revista de Administração Municipal**, **Revista de Administração Pública**).

4 - Limites sócio-institucionais da cooperação urbana

"(...) o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) (...)" (Agnes Heller — **O Cotidiano e a História**).

Esse verdadeiro capital social e político ainda se encontra em grande parte distanciado de uma real articulação com o saber técnico. Isso apesar do forte movimento de redemocratização das instituições públicas e associações profissionais ocorrido ao longo dos anos 80. De fato, existe uma frente de processos, além daquela constituída pelos movimentos sociais e pelas organizações populares e, ainda, por governos democráticos, a ser resgatada na construção de um novo ideário de desenvolvimento urbano para o País.

Tratamos, aqui, do teor socialmente positivo de reformas do aparelho de governo e das políticas públicas ensaiadas ao longo da última década e,

sobretudo, na denominada Nova República. Marcus André B. C. de Melo, em artigo significativamente intitulado **Anatomia do Fracasso: Intermediação de Interesses e a Reforma das Políticas Sociais na Nova República** (1993), analisa as causas do malogro de projetos de mudança institucional em setores que hoje retornam ao centro do debate político: habitação e, principalmente, saúde e previdência.

Na época, parecia ser possível dar concretude aos processos maduros de reflexão técnico-política sobre os males que atingiam as políticas sociais no Brasil:

"O diagnóstico implícito nas novas propostas era de que a 'dívida social' do País resultava do padrão vigente — 'burocrático-autoritário' — de políticas públicas, caracterizado por burocratização excessiva, centralização decisória, caráter privatista-excludente e permeabilidade a interesses empresariais" (MELO, 1993, p.121).

O autor analisa, em seu artigo, os interesses e as instituições presentes nas arenas políticas constituídas em torno do redesenho de cada um dos setores das políticas sociais. Esclarece, assim, os conflitos existentes, a origem histórica diversa dos atores envolvidos nos campos de prática estudados e os obstáculos enfrentados na implementação das plataformas reformistas. Evidencia-se, em resultados alcançados pela análise, que os poucos avanços obtidos dependeram da sintonia entre as reais intenções de redemocratização existentes no próprio aparelho público e da organização no âmago da sociedade civil.

A análise demonstra, ainda, as perdas ocorridas durante as tentativas de reforma por resistências oferecidas pelas práticas clientelistas fortemente abrigadas nas instâncias de governo, por conflitos interburocráticos pelo controle de recursos, por velhos privilégios na prestação dos serviços públicos e por novas formas empresariais intervenientes na relação governo-população, como exemplifica o crescimento da medicina privada nos últimos anos (MEDICI, 1991). Algumas mudanças, propostas nesse período, foram fixadas na Constituição; outras, entretanto, teriam sofrido descontinuidades e fragmentações, estando o ímpeto reformista arrefecido antes mesmo do momento da Assembléia Nacional Constituinte.

Existiriam, assim, processos mesclados de avanço e recuo na reorganização institucional do País, perdas e ganhos durante a redemocratização conduzida em meio à crise recessiva. Dentre as perdas, convém contabilizar-

mos processos que desorientaram, quase completamente, a participação social na questão da habitação através de sucessivas mudanças ministeriais, incluindo, também, aqueles processos que, ao permanecer inconclusos, dificultam a concretização dos princípios democráticos que deram origem ao próprio projeto de reforma institucional. Esse é, por exemplo, o caso do princípio de universalização do acesso social aos serviços, que fundamentou a luta pela implantação do Serviço Unificado de Saúde (SUS).

Nessa direção, ao analisar impulsos de mudança no tratamento da questão da habitação, portados pela década de 80, Benny Schvasberg (1993) demonstra a instável dinâmica da arena política constituída pelo Conselho Curador do FGTS. O exame dessa arena permite reconhecer a conformação de alianças regionais entre centrais sindicais e expressa a relevância dessa experiência de participação e de controle social sobre recursos do trabalho e, também, os limites desse órgão na definição de políticas setoriais de longo curso.

A existência desses limites elucida o quanto um novo ideário de desenvolvimento urbano — que apresente propostas concretas de resgate da dívida social — dependerá do desenvolvimento de elos criativos entre políticas urbanas e sociais e de um esforço de reorganização institucional que não despreze experiências acumuladas e nem padronize formas de participação, como exemplificaria o recurso rotinizado ou subalternizante do envolvimento comunitário nas políticas públicas, conforme mostram vários estudos em Nascimento e Barreira, (1993). Aliás, é esse o caminho que tem sido procurado por novas entidades representativas da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 1994) e por vários setores do Estado (EWBANK, BORTOLETTO, 1994). Nesse caminho, procura-se ampliar a apropriação social de recursos técnicos contemporâneos de informação e comunicação e reconhecer disponibilidades financeiras e culturais resgatáveis para um trabalho conjunto de melhoria das condições de vida.

Difícilmente, de fato, a magnitude dos problemas urbanos brasileiros poderá ser enfrentada com base em ações desenvolvidas, de forma isolada, pelo poder local ou por empresas de prestação de serviços coletivos orientadas pelo lucro. Na revalorização da esfera pública aqui defendida, surgem como indispensável o envolvimento da sociedade civil e, também, a dignificação das funções públicas e do saber técnico abusivamente desconsiderados nos últimos anos, sobretudo a partir do Governo Collor (FIORI, 1992).

A atualização das funções técnicas de governo pressupõe, é claro, o acompanhamento de mudanças recentes ocorridas nas grandes cidades brasileiras, principalmente nos espaços metropolitanos. Com efeito, emergiram novos problemas e atores, elementos de um novo imaginário (CARDOSO, 1991), e, ao mesmo tempo, deterioraram-se relações sociais. Violência e descrença num futuro coletivo melhor marcam a vida urbana, bem como se verifica o aumento da desconfiança com relação à política e aos políticos. Corre-se, assim, o risco de lastreamento, no País, do mal-estar produzido por uma democracia formal, autonomizada dos anseios coletivos.

Não há dúvida, nesse sentido, de que a falta de propostas abrangentes para as questões urbanas possui vínculos profundos com a descrença social na política e, portanto, com a denominada crise de governabilidade, expressiva de perdas da legitimidade do Estado, e, mesmo, da representatividade dos partidos políticos. Mais uma vez, observando exemplos internacionais, poderíamos considerar, com Giuseppe Vacca (1991), que a atual ofensiva neoliberal — menos Estado e mais mercado — não traz, em seu bojo, elementos capazes de produzir autonomia e desenvolvimento equilibrado do País. Para esse autor, nessa ofensiva estariam envolvidas: alocação de mais recursos para os interesses privados, mais dependência dos núcleos fortes da economia mundial e mais homologação de processos de modernização dos dados.

Uma das propostas de reforma institucional mais enfatizadas hoje pode ser sintetizada no retorno do Estado às suas funções tradicionais, ou seja, a gestão da coisa pública, e, não, a produção direta de bens e serviços. Faltam, até o momento, entretanto, exemplos convincentes de que a ação conjunta do Estado e da sociedade civil alcance um patamar de organicidade em que a privatização de áreas de atuação direta dos governos possa ser acompanhada de mecanismos efetivos de fiscalização e de defesa dos interesses sociais, garantindo a indispensável isenção do poder concedente face às pressões exercidas por empresas envolvidas na exploração de serviços de interesse coletivo (REZENDE, 1992, p.43,44). Exemplo desses obstáculos poderiam ser dados com facilidade em apoio a esta última observação, principalmente nas áreas de telecomunicações, educação e saúde.

Para a afirmação de um novo ideário para o desenvolvimento urbano, seria inútil a repetição permanente de fórmulas que não esclarecem interesses nem obstáculos, como ilustraria o atual recurso generalizado à potencial constituição de parcerias irrestritas entre o Estado e a iniciativa privada. Nessa direção, faltaria o encontro de noções de produtividade e eficácia que real-

mente correspondessem ao atendimento de necessidades sociais, às funções públicas e, portanto, ao debate de uma verdadeira reforma do Estado, como nos propõe Sheila Maria Reis Ribeiro (1994).

Tal reforma não pode ser vislumbrada exclusivamente a partir da reorganização do desenho do Estado, isto é, através de propostas que se limitem ao seu tamanho ideal ou à recriação de organogramas e estruturas institucionais. De fato, para o que interessa mais diretamente ao tema da urbanização, o perfil dos novos investimentos no espaço urbano-metropolitano indica a presença de riscos graves de "compressão intensificada" dos investimentos, isto é, de afirmação de formas de intervenção espacial e economicamente restritivas e, mais, com significativo poder de arraste dos recursos públicos, como ilustram os assim chamados "paraísos do consumo": condomínios, hotéis, *shopping centers* e centros culturais e de lazer.

Entre as características desse novo modelo de modernização urbana — de claros vínculos com formas atuais de organização dos negócios (por exemplo: *franchising*) e de valorização financeira (como os fundos de pensão) —, incluem-se a intervenção em hábitos, comportamentos sociais e bases culturais e, ainda, a restrição tendencial dos setores sociais incorporados. Noutra escala de observação, a da rede urbana, as características restritivas do modelo podem ser reconhecidas no uso, cada vez mais freqüente, de formas de bloqueio à entrada e à fixação de famílias nos municípios mais ricos do País (DAVIDOVICH, 1993).

Existem, assim, riscos de perdas crescentes em níveis de integração social, inclusive em cidades médias e pequenas, já que são difundidos, com agilidade, elementos do novo modelo na rede urbana do País. A superação desses riscos — assim como a apropriação socialmente positiva dos recursos disponíveis em cada cidade a partir da nova frente de atividades — dependerá do alcance de um projeto de desenvolvimento pautado na responsabilidade social e em formas de intervenção que valorizem a denominada cooperação urbana.

Tal valorização só poderá acontecer se a totalidade do marco construído for considerada nos termos desse projeto. Nas palavras de Carlos Vainer e Martim Smolka (1991, p.31):

"(...) o que se estaria cobrando do Estado, inclusive como condição geral para que os múltiplos casos particulares pudessem ser adequadamente tratados, é que se instaurasse uma negociação cuja escala fosse a cidade como um todo, e cuja natureza fosse essencialmente política".

5 - Limites materiais da cooperação urbana

"A realidade do externo depende, todavia, do interno. Nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem internamente as condições para poder aceitá-la." (Milton Santos — **Metamorfoses do Espaço Habitado**).

A aproximação, realizada no item anterior, entre vitalidade da esfera pública e desenvolvimento urbano impõe a reflexão sobre as bases materiais da vida coletiva nas cidades brasileiras. A nossa atual estrutura urbana — rede de cidades e organização do espaço interno das cidades — condicionará, em grande parte, o futuro da sociedade brasileira. As novas tendências mundiais de resposta à "crise de especialidade" decorrente da reestruturação da economia — desativação de regiões produtivas inteiras, criação de extensas áreas vinculadas à produção flexível — dificilmente conseguirão mudar, de forma radical, a estrutura urbana que herdamos, marcada por altos índices de concentração demográfica nas metrópoles e fortes desigualdades regionais.

Esse é o prognóstico de analistas como Samuel Jaramillo e Luis Mauricio Cuervo (1990, p.104):

"(...) os países periféricos, parte que são do sistema capitalista mundial, compartilham suas mudanças mais gerais sem que, no entanto, apresentem manifestação idêntica. Se de fato existe uma crise mundial de especialidade nos países capitalistas, ela deve manifestar-se em suas cadeias periféricas, embora suas formas de apresentação não tenham motivo para ser exatamente iguais às dos países centrais".

Portanto, discernir tendências na urbanização brasileira significa lidar, mais uma vez, com articulações entre o novo e o velho. Retornando às condições de vida nas cidades do País e aos obstáculos presentes na cooperação urbana, seria especialmente relevante refletirmos sobre as características dos espaços metropolitanos que herdamos de sucessivos processos de modernização e crise, da atualização desigual da cultura e dos objetos urbanos (RIBEIRO, A., 1993, 1994).

Nessa direção, Sônia Rocha, no artigo **Renda e Pobreza nas Metrópoles Brasileiras** (1994), através da elaboração de linhas específicas de pobreza para cada região metropolitana, identifica o crescimento do número absoluto de pobres, nos anos 80, nas principais cidades do País, verificando, porém, a sua estabilização ou descenso em termos relativos, em decorrência da inten-

sificação dos vínculos entre família e mercado de trabalho (RIBEIRO, RIBEIRO, 1994). As duas metrópoles primazes (São Paulo e Rio de Janeiro), juntas, apresentavam como resultado da década, no entanto, um crescimento também relativo de pobres, pelo agravamento do quadro econômico do Rio.

Como analisa a autora, a renda não exprime suficientemente as condições da vida urbana, já que o acesso a equipamentos e serviços constitui parte intrínseca da sobrevivência e da luta diária por oportunidades e recursos. Aos processos, antes citados, de precarização das relações assalariadas de trabalho, de informalização crescente das soluções habitacionais e de despolitização da questão urbana, devem-se acrescentar, agora, os efeitos sociais da periferização da pobreza.

Os dados apresentados pelo artigo que nos serve de referência evidenciam que habitar no núcleo significa, para os pobres, ter maior possibilidade de acesso, por exemplo, a serviços de água nos espaços metropolitanos do País, porém essa é uma possibilidade muito mais reduzida do que para os não-pobres. Essa diferença de oportunidade ainda ganha relevância para a compreensão da urbanização brasileira, quando constatamos os índices extremamente elevados do não-atendimento na periferia — novamente muito mais altos para os pobres do que para os não-pobres — e a concentração, na última década, do crescimento demográfico nos municípios periféricos das áreas metropolitanas brasileiras (JARDIM *et. al.*, 1994).

As informações levantadas por Sônia Rocha (1994) para o esgotamento sanitário ainda são mais duras, em função do maior volume de recursos financeiros implicado nesse serviço. Ocorre, dessa maneira, uma sobreposição de fatores e processos de exclusão que justificam a preocupação com o estabelecimento de vínculos firmes entre política econômica, política social e política urbana em qualquer projeto voltado ao resgate da dívida social. Citando a autora:

"Para um dado nível de renda, o acesso diferenciado a serviços públicos e à infra-estrutura urbana determina situações distintas do ponto de vista das condições de sobrevivência das famílias pobres. Na verdade, nos níveis de renda monetária mais baixos, o efetivo acesso a serviços de educação, saúde e saneamento básico significa que a renda real pode ser substancialmente mais elevada, além de ter implicações indispensáveis sobre a renda futura" (ROCHA, 1994, p.137).

Noutro texto (RIBEIRO, A., 1994b), mediante observação da distribuição espacial por faixas etárias de crianças de famílias miseráveis, pudemos levantar a hipótese de que esteja em curso — nas metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro — um processo de fechamento de áreas tradicionais da pobreza para as novas famílias, com perdas sociais ainda mais graves no acesso aos equipamentos e serviços urbanos e ao apoio representado por formas de ajuda mútua e pela experiência acumulada de reivindicação social.

A população urbana brasileira, além da intensificação de sua participação na PEA, também buscou adaptar-se às mudanças ocorridas na última década — exclusão social, novos valores, modernização e crise —, através da redução do número de filhos: "Para o País como um todo, a taxa de crescimento intercensitário, que foi de 3,2% ao ano na década de 50, vem caindo continuamente desde então: nas décadas de 60, 70 e 80 correspondeu a 2,8%, 2,5% e 1,9%" (CAM-PANÁRIO, MORELL, 1994, p.105). Dessa maneira, na compreensão dos atuais desafios do desenvolvimento, dificilmente podem ser preservados antigos argumentos que apoiavam expectativas de melhoria nas condições materiais da vida coletiva a partir de alterações no comportamento reprodutivo da população.

Nos anos 80, a crise da economia não impediu o aumento do nível de urbanização do País. O crescimento da população urbana permaneceu sendo superior ao da população total, com taxas médias de incremento anual de respectivamente, 2,96 e 1,93 (Tabela 2). Assim, a queda da fecundidade — superior nas áreas urbanas — foi acompanhada de processos que continuaram impulsionando a migração rural-urbana, como confirma a redução, em termos absolutos, da população rural. Aliás, como mais uma vez nos esclarece Milton Santos (1988), a migração substitui — de forma radical — a inexistência de amplos mecanismos de mobilidade social no País.

O recurso à migração no enfrentamento da exclusão — processo de altíssimo custo social — ainda ocorreu com intensidade na Região Nordeste durante a última década, radicalizando a pobreza urbana. Níveis extremamente elevados de urbanização também são constatáveis na Região Norte do País, o que amplia a escala e a natureza dos problemas urbanos brasileiros. Completa esse quadro o início da saturação do processo na Região Sul, com a queda mais incisiva, ao nível do País, da taxa média de incremento anual da população urbana, quando realizada a comparação entre as décadas de 70 e 80.

As mudanças ocorridas na organização do território também transformaram o cenário político-administrativo brasileiro. O espraiamento da urbanização deu origem, por exemplo, a intenso processo de criação de municípios novos na região Norte do País, principalmente em Rondônia e no Pará, como demonstram os dados da Tabela 3. A configuração, portanto, da problemática regional adquiriu uma fisionomia urbana e local desconhecida nas décadas anteriores.

Através de mais uma rápida comparação regional, assinalamos que o incremento mais baixo da população total e urbana na Região Sul também esteve articulado, nos últimos 15 anos, ao significativo processo de reorganização administrativa — pela criação de municípios de sentido radicalmente diverso, é claro, daquele observado na Região Norte —, com forte influência na composição dos interesses econômicos e políticos (MESQUITA, 1992). Assim, acompanhando Jorge Natal, poderíamos observar que a estrutura urbana-regional do Brasil apresenta, hoje, novos desafios vinculados à recomposição de elites locais e regionais e à expansão territorial, ainda que socialmente seletiva, dos mercados.

Os dados apresentados na Tabela 4 possibilitam a constatação de que, no início da atual década, o Brasil urbano é também aquele de regiões distantes da área historicamente concentradora dos processos de modernização. A proporção de população urbana na população total, por grandes regiões, ainda preserva o predomínio da Região Sudeste nos níveis mais elevados de urbanização. Entretanto a ocupação da Região Centro-Oeste, por exemplo, também resultou em altos índices de população urbana — sobretudo pela agroindustrialização do campo —, da mesma maneira que os processos de modernização conservadora da Região Nordeste.

Trata-se, em termos amplos, de fenômenos que combinam mudanças e conservação, o novo e o velho (RIBEIRO, RIBEIRO, 1994): impulsos à concentração urbana da população, mesmo que habitante de vastos territórios, são simultâneos à concentração da população em áreas que tradicionalmente foram pioneiras na urbanização do País (Tabela 5). As consequências sociais desses dois subprocessos não podem ser as mesmas, já que seus tempos culturais e econômicos são tão profundamente desiguais. Mais uma vez, portanto, estamos frente à necessidade de um novo ideário/projeto de desenvolvimento urbano que combine escalas e processos, apreendendo a homogeneização e a radical diferenciação sócio-espacial que caracteriza a sociedade brasileira contemporânea.

Tabela 2

Taxa média geométrica de crescimento anual da população rural e urbana nas grandes regiões, nas unidades da Federação e no Brasil - 1940-91

DISCRIMINAÇÃO	1940-50 (1)		1950-60 (2)		1960-70	
	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana
Brasil	2,39	3,91	2,99	5,15	2,89	5,22
Norte	2,29	3,71	3,34	50,40	3,47	5,44
Rondônia	10,20	0,00	6,39	7,99	4,76	70,30
Acre	3,77	4,24	3,20	4,32	3,13	6,13
Amazonas	1,98	2,82	3,33	5,30	3,03	5,71
Roraima	5,49	0,00	4,65	8,84	3,75	3,71
Pará	2,09	3,15	3,11	4,61	3,55	5,21
Amapá	1,83	0,00	6,14	9,44	5,37	6,02
Tocantins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nordeste	2,27	3,51	2,08	4,63	2,40	4,57
Maranhão	2,55	4,05	4,50	4,68	1,94	5,59
Piauí	2,52	3,28	1,69	5,20	3,07	6,51
Ceará	2,65	3,71	2,96	4,84	2,84	4,94
Rio Grande do Norte	2,43	4,52	1,65	5,28	3,07	5,59
Paraíba	1,93	3,97	1,52	4,25	1,76	3,69
Pernambuco	2,43	4,09	1,86	4,49	2,34	4,41
Alagoas	1,45	2,29	1,13	1,38	3,85	2,36
Fernando de Noro- nha (3)	5,98	5,98	8,12	8,12	1,12	1,12
Sergipe	1,76	2,15	1,54	3,47	1,82	3,66
Bahia	2,16	2,97	2,01	4,90	2,38	4,26
Sudeste	2,14	4,08	3,06	4,91	2,67	5,19
Minas Gerais	1,50	3,27	2,33	5,09	1,49	4,65
Espírito Santo	1,73	2,39	3,51	6,52	2,11	6,66
Rio de Janeiro	2,69	4,45	3,46	4,31	3,13	4,25
São Paulo	2,50	4,33	3,39	5,17	3,33	5,94
Sul	3,25	3,88	4,07	6,44	3,45	5,29
Paraná	5,61	5,84	7,16	9,31	4,97	6,73
Santa Catarina	2,92	3,70	3,04	6,28	3,20	6,34
Rio Grande do Sul ..	2,35	3,29	2,54	5,20	2,19	4,08
Centro-Oeste	3,14	4,65	5,36	8,90	5,60	9,84
Mato Grosso do Sul	2,83	0,00	6,23	0,00	5,59	0,00
Mato Grosso	1,29	3,34	4,29	6,69	6,12	7,13
Goiás	3,99	5,72	4,62	8,73	4,38	7,96
Distrito Federal ..	0,00	0,00	0,00	0,00	14,39	19,31

(continua)

Tabela 2

Taxa média geométrica de crescimento anual da população rural e urbana nas grandes regiões, nas unidades da Federação e no Brasil - 1940-91

DISCRIMINAÇÃO	1970-80		1980-91	
	Total	Urbana	Total	Urbana
Brasil	2,48	4,44	1,93	2,96
Norte	5,02	6,44	5,19	6,27
Rondônia	16,03	14,39	7,88	10,09
Acre	3,42	8,34	3,00	6,27
Amazonas	4,12	7,76	3,57	5,24
Roraima	6,83	10,03	9,55	10,03
Pará	4,62	5,02	3,90	4,16
Amapá	4,36	5,21	4,64	7,66
Tocantins	0,00	0,00	2,01	-
Nordeste	2,16	4,10	1,82	3,54
Maranhão	2,93	5,26	1,93	4,19
Piauí	2,44	5,28	1,72	3,89
Ceará	1,95	4,67	1,70	3,63
Rio Grande do Norte	2,05	4,22	2,21	3,73
Paraíba	1,52	3,76	1,32	3,21
Pernambuco	1,76	3,02	1,35	2,65
Alagoas	4,16	2,24	4,45	2,18
Fernando de Noronha (3)	0,30	0,30	...	...
Sergipe	2,38	4,05	2,47	4,49
Bahia	2,35	4,21	2,08	3,78
Sudeste	2,64	3,99	1,76	2,32
Minas Gerais	1,54	4,01	1,48	2,49
Espírito Santo	2,38	6,00	2,30	3,67
Rio de Janeiro	2,30	2,75	1,13	1,47
São Paulo	3,49	4,51	2,12	2,55
Sul	1,44	4,98	1,38	2,97
Paraná	0,97	5,97	0,93	3,00
Santa Catarina	2,26	5,63	2,06	3,68
Rio Grande do Sul ..	1,55	3,99	1,48	2,64
Centro-Oeste	4,05	2,99	...	...
Mato Grosso do Sul	3,21	6,13	2,40	3,99
Mato Grosso	6,64	13,97	5,36	7,70
Goiás	2,76	6,86	2,31	...
Distrito Federal ..	8,15	8,24	2,82	2,62

FONTE: IBGE/Diretoria de Pesquisa/Departamento de População.

(1) Para o cálculo das taxas, foi utilizada a população presente relativa a 1940 e 1950. (2) Para o cálculo das taxas, foi utilizada a população presente relativa a 1960. (3) A partir de 1989, constitui Distrito Estadual do Estado de Pernambuco.

Tabela 3

Número de municípios instalados nas grandes regiões e nas unidades da Federação do Brasil - até 1979 e até 1994

DISCRIMINAÇÃO	INSTALADOS ATÉ 31.12.79	INSTALADOS ATÉ 31.12.94
Norte	166	400
Rondônia	7	41
Acre	20	22
Amazonas	44	62
Roraima	2	8
Pará	83	128
Amapá	5	11
Tocantins	-	123
Nordeste	1 377	1 559
Maranhão	130	136
Piauí	114	148
Ceará	141	184
Rio Grande do Norte .	150	154
Paraíba	171	179
Pernambuco	164	177
Alagoas	94	100
Fernando de Noronha .	1	-
Sergipe	76	75
Bahia	336	415
Sudeste	1 410	1 533
Minas Gerais	722	756
Espírito Santo	54	71
Rio de Janeiro	64	81
São Paulo	571	625
Sul	725	1 058
Paraná	296	371
Santa Catarina	197	260
Rio Grande do Sul ...	232	427
Centro-Oeste	333	437
Mato Grosso do Sul .	55	80
Mato Grosso	53	120
Goiás	223	236
Distrito Federal	1	1

FONTE: IBGE-CADGEO - Setor de Documentação Territorial, Rio de Janeiro, fevereiro de 1995.

A centralidade dos espaços metropolitanos na estrutura urbana brasileira, acentuada em momentos anteriores deste texto, completa-se pela observação da relevância mantida pelas capitais no processo de urbanização verificado na última década (Tabela 6). Os dados estimulam a observação de que a expansão do espaço urbano do País — a extensão alcançada pelos impulsos da modernização nas Regiões Centro-Oeste e Norte — ainda encontrou, nas capitais, seus principais pontos de apoio, mesmo face a exceções como a representada pelo Estado do Pará.

A relevância mantida pelas capitais confirma-se, ainda, com relação ao segundo dos subprocessos de urbanização do País, ou seja, aquele expressivo da reiteration de tendências históricas. Esse é claramente o caso da Região Nordeste, onde são observados incrementos da população, nas capitais, superiores a 4,0% ao ano. O processo de criação de novos municípios no País, associado ao espraiamento da urbanização, não chegou a contra-arrestar a reafirmação dos velhos espaços da vida política brasileira. Ao contrário, o agravamento da situação social nas metrópoles do País — desestimulando a migração para a Região Sudeste — provavelmente se encontra relacionado à pressão social sobre as oportunidades de sobrevivência das capitais regionais.

Ilustrariam a afirmação realizada os dados sobre população em favelas apresentados na Tabela 7. Nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, as incidências são superiores às observadas no País e, ainda, nas capitais e noutros municípios das regiões metropolitanas, superiores às verificadas para a totalidade dos respectivos estados. Precariedade das condições de vida conformam, aliás, denominador comum das capitais brasileiras ao final dos anos 80.

6 - Sobre cenários e incertezas

O nível atingido pela urbanização no País impõe que os projetos voltados para o desenvolvimento urbano contemplem, simultaneamente, processos que atingem a totalidade da rede de cidades — por exemplo, a capacidade de preservação da hegemonia econômica e política por metrópoles nacionais e capitais — e que particularizam a vida coletiva em cada marco construído. Essa abordagem incorpora a necessidade de conhecimento da forma como hoje são disputados recursos técnicos e financeiros, geradora potencial de conflitos regionais e locais que podem impedir o tratamento mais amplo da problemática urbana brasileira.

Tabela 4

População urbana e rural nas grandes regiões, nas unidades da Federação e no Brasil - 1991

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO URBANA POPULAÇÃO TOTAL (%)
Brasil	146 917 459	36 041 633	110 875 826	75,47
Norte	10 257 266	4 325 699	5 931 567	57,83
Rondônia	1 130 874	472 702	658 172	58,20
Acre	417 165	159 130	258 035	61,85
Amazonas	2 102 901	601 094	1 501 807	71,42
Roraima	215 950	76 484	139 466	64,58
Pará	5 181 570	2 571 793	2 609 777	50,37
Amapá	288 690	55 175	233 515	80,89
Tocantins	920 116	389 321	530 795	57,69
Nordeste	42 470 225	16 716 870	25 735 355	60,64
Maranhão	4 929 029	2 957 021	1 972 008	40,01
Piauí	2 581 215	1 214 997	1 366 218	59,93
Ceará	6 362 620	2 204 561	4 158 059	65,35
Rio Grande do Norte	2 414 121	745 956	1 668 165	69,10
Paraíba	3 200 677	1 149 101	2 051 576	64,10
Pernambuco	7 122 548	2 076 013	5 046 535	70,85
Alagoas	2 512 991	1 031 866	1 481 125	58,94
Sergipe	1 491 867	489 927	1 001 940	67,17
Bahia	11 855 157	4 847 428	7 007 729	59,11
Sudeste	62 660 700	7 511 263	55 149 437	88,01
Minas Gerais	15 731 961	3 955 423	11 776 538	74,86
Espírito Santo	2 598 505	675 677	1 922 828	74,00
Rio de Janeiro	12 783 761	606 617	12 177 144	95,25
São Paulo	31 546 473	2 273 546	29 272 927	92,79
Sul	22 117 026	5 724 316	16 392 710	88,01
Paraná	8 443 299	2 250 323	6 192 976	73,35
Santa Catarina	4 538 248	1 332 648	3 205 600	70,64
Rio Grande do Sul .	9 135 479	2 141 345	6 994 134	76,56
Centro-Oeste	9 432 242	1 763 485	7 648 757	81,26
Mato Grosso do Sul	1 778 741	365 646	1 413 095	74,44
Mato Grosso	2 022 524	541 451	1 481 073	73,23
Goiás	4 012 562	771 443	3 241 119	80,77
Distrito Federal ..	1 598 415	84 945	1 513 470	94,69

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1991: Brasil (1994). Rio de Janeiro: IBGE.

Tabela 5

População, taxa anual de crescimento e densidade demográfica nas grandes regiões, nas unidades da Federação e no Brasil - 1970-91

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO 1991	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO		DENSIDADE DEMOGRÁFICA	
		1970-80	1980-91	1980	1991
Brasil	146 917 459	2,48	193,00	14,07	17,26
Norte					
Rondônia	1 130 874	1,80	7,84	2,03	4,71
Acre	417 165	3,39	2,99	1,98	2,37
Amazonas	2 102 901	4,12	3,57	0,92	1,36
Roraima	215 950	6,82	9,55	0,34	0,96
Pará	5 181 570	4,67	3,87	2,78	4,22
Amapá	288 690	4,35	4,62	1,26	2,03
Tocantins	920 116	-	2,02	-	3,32
Nordeste					
Maranhão	4 929 029	2,93	1,91	12,33	15,12
Piauí	2 581 215	2,44	1,72	8,53	10,27
Ceará	6 362 620	1,95	1,68	36,06	43,82
Rio Grande do Norte	2 414 121	2,04	2,20	35,83	45,41
Paraíba	3 200 677	1,52	1,31	49,18	56,78
Pernambuco	7 122 548	1,75	1,35	62,55	72,32
Alagoas	2 512 991	2,26	2,16	71,88	90,76
Sergipe	1 491 867	2,39	2,46	51,92	68,24
Bahia	11 855 157	2,35	2,04	16,88	20,91
Sudeste					
Minas Gerais	15 731 961	1,54	1,48	22,99	27,00
Espírito Santo	2 598 505	2,38	2,30	44,38	56,83
Rio de Janeiro	12 783 761	2,30	1,13	260,88	292,85
São Paulo	31 546 473	3,49	2,12	101,25	127,55
Sul					
Paraná	8 443 299	0,96	0,92	38,33	42,36
Santa Catarina	4 538 248	2,26	2,05	38,00	47,40
Rio Grande do Sul ..	9 135 479	1,55	1,47	29,06	32,55
Centro-Oeste					
Mato Grosso do Sul	1 778 741	3,21	2,44	3,91	4,98
Mato Grosso	2 022 524	6,63	5,34	1,30	2,24
Goiás	4 012 562	2,76	1,99	6,91	11,80
Distrito Federal ..	1 598 415	8,14	2,82	204,02	2,00

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1991: Brasil (1994). Rio de Janeiro: IBGE.

Tabela 6

População e crescimento demográfico anual
nas capitais do Brasil - 1970-91

CAPITAIS	POPULAÇÃO 1991	CRESCIMENTO ANUAL	
		1970/80	1980/91
Aracaju	401 676	4,79	2,90
Belém	1 244 688	3,95	2,67
Belo Horizonte ...	2 017 127	3,73	1,28
Boa Vista	142 902	6,28	9,68
Brasília	1 598 415	8,15	2,81
Campo Grande	525 463	7,60	5,50
Cuiabá	401 303	7,76	6,08
Curitiba	1 313 094	5,34	2,11
Florianópolis	254 941	3,11	2,81
Fortaleza	1 765 794	4,30	2,73
Goiânia	920 840	6,54	2,33
João Pessoa	497 306	4,06	3,80
Macapá	179 252	4,79	4,47
Maceió	628 241	4,24	4,21
Manaus	1 010 544	7,35	4,57
Natal	606 681	4,66	3,47
Palmas	24 261	-	19,92
Porto Alegre	1 263 239	2,43	1,05
Porto Velho	286 471	4,77	7,15
Recife	1 296 995	1,27	0,66
Rio Branco	196 871	3,38	4,84
Rio de Janeiro ...	5 473 909	1,81	0,43
Salvador	2 072 058	4,08	2,95
São Luís	695 199	5,41	4,05
São Paulo	9 626 894	3,67	1,00
Teresina	698 411	5,53	4,27
Vitória	258 243	4,56	2,00

FONTE: IBGE.

Tabela 7

Número de favelas e de domicílios ocupados nas unidades da Federação,
nas capitais e no Brasil - 1991

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE FAVE- LAS (1)	DOMICÍLIOS NOS MUNICÍPIOS	OCUPADOS NAS FAVELAS	PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS EM RELAÇÃO AO MUNICÍPIO
Brasil	3 346	34 912 592	1 144 344	3,3
Rondônia	1	256 053	108	0,0
Porto Velho	1	66 940	108	0,2
Acre	0	88 755	0	0,0
Boa Vista	-	-	-	-
Amazonas	27	391 460	38 763	9,9
Manaus	25	210 374	38 351	18,2
Roraima	0	44 457	0	0,0
Bela Vista	-	-	-	-
Pará	27	986 474	53 103	5,4
Belém	20	256 596	50 029	19,5
Amapá	4	53 530	4 356	8,1
Macapá	2	33 600	1 239	3,7
Tocantins	4	192 934	1 430	0,7
Palmas	-	-	-	-
Maranhão	20	986 823	10 830	1,1
São Luís	8	141 094	4 732	3,4
Piauí	45	520 338	8 478	1,6
Teresina	44	120 337	8 347	6,9
Ceará	162	1 349 816	64 737	4,8
Fortaleza	154	387 595	62 909	16,2
Rio Grande do Norte	7	521 672	1 075	0,2
Natal	7	134 805	1 075	0,8
Paraíba	21	695 355	4 529	0,7
João Pessoa	20	110 450	3 966	3,6
Pernambuco	273	1 591 231	155 872	9,8
Recife	224	306 634	142 324	46,4
Alagoas	45	528 150	8 051	1,5
Maceió	45	141 714	8 051	5,7
Sergipe	3	329 944	1 097	0,3
Aracaju	3	90 331	1 097	1,2
Bahia	100	2 523 461	31 467	1,2
Salvador	70	480 477	20 833	4,3
Minas Gerais	248	3 720 565	95 510	2,6
Belo Horizonte	101	502 168	53 170	10,6
Espírito Santo	3	620 720	2 790	0,4
Vitória	1	66 919	605	0,9
Rio de Janeiro	705	3 463 373	282 176	8,1
Rio de Janeiro	462	1 564 971	225 870	14,1
São Paulo	1 279	8 059 525	295 370	3,7
São Paulo	585	2 545 475	142 528	5,6
Paraná	141	2 092 987	28 897	1,4
Curitiba	87	351 927	20 530	5,8
Santa Catarina	15	1 126 860	3 127	0,3
Florianópolis	3	68 671	880	1,3
Rio Grande do Sul	171	2 497 757	41 301	1,7
Porto Alegre	69	380 987	24 190	6,3
Mato Grosso do Sul	31	433 638	4 803	1,1
Campo Grande	25	131 088	4 124	3,1
Mato Grosso	0	462 264	0	0,0
Cuiabá	-	-	-	-
Goiás	22	994 409	5 109	0,5
Goiânia	16	234 630	4 298	1,8
Distrito Federal	2	379 865	1 345	0,4
Brasília	2	379 865	1 345	0,4

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1993). Rio de Janeiro: IBGE.

NOTA: Foram consideradas as favelas com mais de 51 domicílios.

Falta, ao País, um "chão mínimo" de condições de vida compartilhadas, como exemplifica a situação atual da educação e da saúde. Na ausência dessa base, corre-se o risco de esvaziamento político da própria noção de cidadania e, pior, de que se afirmem disputas que estigmatizem bases culturais e origens étnicas da sociedade brasileira. A ausência de projetos para a infância e a juventude, a rápida difusão de valores individuais, guarda relação direta, convém acentuarmos, com a falta de compromisso com o trabalho realizado pelas gerações anteriores e preservado na materialidade urbana.

Nem todos os elementos da cultura podem (ou devem) ser mercantilizados, como propõem tantas iniciativas em curso nas cidades brasileiras, sob pena da ação coletiva perder parte de suas motivações fundamentais já que pautadas pela gratuidade e pela espontaneidade (LEFÈBVRE, 1969). As tentativas atuais de multiplicação, aparentemente infinita, dos serviços dirigidos aos indivíduos e às famílias colaboram para ocultar a dependência de todos os habitantes da cooperação urbana (redes de infra-estrutura e formas de sociabilidade).

É a percepção da necessidade da cooperação — de indivisibilidade dos instrumentos de trabalho e ação (SANTOS, M., 1988) — que, pensamos, poderá estimular a difusão de um novo ideário de desenvolvimento urbano e ajudar a discernir, com clareza, as formas de investimento e financiamento de serviços e equipamentos de real interesse para a sociedade brasileira. Acreditamos, nesse sentido, que apenas esse nível de ampliação do espaço público permitirá que o atraso social deixe de acompanhar — reafirmando o subdesenvolvimento — os processos de modernização do País.

De fato, uma plataforma inovadora de desenvolvimento urbano poderia vir a permitir que a integração social deixe de estar pautada, como hoje, no crescimento do misticismo e do consumo. É claro que tal plataforma dependeria da adoção de opções estratégicas firmes. Dentre estas, surge como especialmente relevante o fato de que os serviços urbanos lucrativos — em rápida multiplicação a partir da frente contemporânea de inovações tecnológicas — só possam ser explorados na medida em que auxiliem no financiamento do acesso social a redes básicas de infra-estrutura. As telecomunicações seriam um campo fértil para proposições desse tipo, assim como as áreas de saúde, alimentação e previdência.

Na elaboração do texto, procuramos fornecer indicações temáticas e factuais estimuladoras de repolitização do urbano no Brasil, de reintrodução da questão urbana no centro do debate político. Afinal, esperamos que a crise também possa trazer expectativas positivas de mudanças que nos retire de um futuro pautado pela violência cotidiana, pelo atraso ou por um consumo domesticador da riqueza potencial da vida coletiva.

Bibliografia

- ARAÚJO FILHO, V. F. (1993). **Política e ideologia na crise econômica do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. (Tese de mestrado)
- BERGMAN, L. (1990). **Planejamento: reflexão sobre um tema em baixa**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. (Tese de mestrado)
- CAMPANÁRIO, P., MORELL, M. G. G. (1994). **Transição da fecundidade: resposta da sociedade civil? São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.8, n.3.
- CARDOSO, A. (1991). **A utopia em construção: modernidade, ecologia e urbanização**. In: PIQUET, Rosélia, RIBEIRO, Ana Clara Torres, orgs. **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Zahar/ FUJB.
- CARVALHO, E.G. (1990). **Direito e necessidade: a questão fundiária e a justiça no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. (Tese de mestrado)
- CORDEIRO, H. K. (1993). **A 'cidade mundial' de São Paulo e o complexo corporativo**. In: SANTOS, Milton et al. orgs. **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**.
- CORRÊA, R. L. (1989). **A rede urbana**. São Paulo: Ática.
- DAVIDOVICH, F. (1993). **Redutos de classe média, uma interpretação acerca da urbanização no Brasil**. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v.7, n.3.
- EWBANK, M. T. O. , BORTOLETTO, M. E., orgs. (1994). **Rio de Janeiro cidade- saúde: projeto ciência, tecnologia, saúde e ambiente na cidade do Rio de Janeiro**. In: CICLO de Debates sobre política tecnológica e desafios da saúde no novo milênio (metrópole e saúde). Rio de Janeiro: NECT/FIO Cruz. (Serie política de saúde, n.14)
- FINQUELIEVICH, S., VIDAL, A., KAROL, J. (1988). **Nuevas tecnologías en la ciudad: informacion y comunicación en la cotidianidad**. Buenos Aires: Centro Editor America Latina.
- FIORI, J. L. (1992). **Poder e credibilidade: o paraíso político da reforma liberal**. **Lua Nova**, n. 25.
- FRANCO, E. M. M. (1993). **O labirinto da habitação popular: programas, atores e conjunturas**. México: UNAM. (Tese de doutorado)
- GARCIA, F. E. (1993). **Curitiba, imagem e mito: reflexão acerca da construção de uma imagem hegemônica**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. (Tese de mestrado)

- GRAZIA, G. de (1990). **Plano diretor: instrumento de reforma urbana**. Rio de Janeiro: FASE.
- GRAZIA, G. de (1993). **Desafios e limites em formatos institucionais das lutas urbanas: o caso FAMERJ**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. (Tese de mestrado)
- JACOBI, P. (1989). **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde, São Paulo 1974-1984**. São Paulo: Cortez.
- JAMARILLO, S., CUERVO, L. M. (1990). Tendências recentes e principais mudanças na estrutura espacial dos países latino-americanos. In: VALADARES, Licia, PRETECEILLE, Edmond, coords. **Reestruturação urbana: tendências e perspectivas**.
- JARDIM, A. P. et al. (1994). **Aspectos de metropolização brasileira: comentários sobre os resultados preliminares do Censo demográfico de 1991**. Rio de Janeiro: IBGE. (Cadernos de geociências IBGE/DGC, n.11)
- LECHNER, N. (1990). A modernização e a modernidade são compatíveis? o desafio da democracia latino-americana. **Lua Nova**, n.21.
- LEFEBVRE, H. (1969). **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos. (Trad. T.C. Neto)
- LIMA, M. H. T. (1994). **Cidades de papelão: mocós, cachangás e malocas no cotidiano do morador de rua**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. (Tese de mestrado)
- MEDICI, A. C. (1991). **A medicina de grupo no Brasil**. Brasília: OPAS.
- MELO, M. A. B. C. de (1990). Regimes de acumulação, estado e articulação de interesses na produção do espaço construído. In: VALADARES, Licia, PRETECEILLE, Edmond, coords. **Reestruturação urbana: tendências e perspectivas**.
- MELO, M. A. B. C. de (1993). Anatomia do fracasso; intermediação de interesses e a reforma das políticas sociais na nova republica. **Dados; revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v.36, n.1, p.119-163.
- MESQUITA, Z. P. (1992). **Antenas, redes e raízes da territorialidade**. São Paulo: USP/FFLCH. (Tese de doutorado em geografia humana)
- NASCIMENTO, E. P., BARREIRA, I. A., orgs. (1993). **Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro/ Fortaleza: Notrya/ SUDENE/ UFC.
- NOGUEIRA, M. A. (1994). Permanência e mudança no setor publico. **Revista do Setor Publico**, v.45, n.1.

- OLIVEIRA, J. A. D. (1994). **Mães e profissionais de saúde: em busca de um encontro.** Instituto Fernandes Figueira/ FIO Cruz. (Tese de mestrado em saúde da criança)
- ORTIZ, R. (1988). **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural.** São Paulo: Brasiliense.
- ORTIZ, R. (1990). Advento da modernidade? **Lua Nova**, n.20.
- PIQUET, Roselia, RIBEIRO, Ana Clara Torres, orgs. (1991). **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização.** Rio de Janeiro: Zahar/ FUJB
- REZENDE, F. (1992). Estado e desenvolvimento na década de 90: desafios da reforma institucional. **Revista de Economia Política**, v. 12, n.4.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (1993). Mutações na sociedade brasileira: seletividade em atualizações técnicas da cultura. In: SANTOS, Milton et al. orgs. **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização.** São Paulo: Hucitec/ANPUR.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (1994). Metrôpole e fragmentação: novos rumos na análise da modernização. In: SANTOS, Milton et al., orgs. **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/ ANPUR.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (1994a). **Crise urbana e novas imagens de trabalho: recortes analíticos do pequeno empresário.** Anpocs. (Texto apresentado no 18. Encontro Nacional; GT Estudos Urbanos)
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (1994b) **Metrópoles brasileiras: limites à integração social no Rio de Janeiro e São Paulo.** (Texto elaborado para UNRISD; mimeo)
- RIBEIRO, I, RIBEIRO, Ana Clara Torres (1994). **Família e desafios na sociedade brasileira: valores como um ângulo de análise.** Rio de Janeiro/ São Paulo: Centro João XXIII/Loyola.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS JUNIOR, Orlando A., orgs. (1994). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RIBEIRO, S. M. R. (1994). Paternalismo de Estado: governabilidade e contrato social em questão. **Revista do Serviço Público**, v. 45. n.1.
- ROCHA, S. (1994). Renda e pobreza nas cidades brasileiras. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS JUNIOR, Orlando A., orgs. **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- SABOIA, J. (1994). Tendências do mercado de trabalho metropolitano: des(assalariamento) da mão-de-obra e precarização das relações de trabalho. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS JUNIOR, Orlando A., orgs. **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SADER, E. (1988). **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SANCHEZ, J. E. (1993). Metropolização e modernidade. In: SANTOS, Milton et al. orgs. **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec/ ANPUR.
- SANTOS, Milton et al. orgs (1993). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec/ ANPUR.
- SANTOS, Milton (1988). **Metamorfoses do espaço habitado; fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, Milton (1990). **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel/ Secretaria de Estado de Cultura.
- SANTOS, Milton (1993). **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, Milton et al. (1994). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ ANPUR
- SANTOS, W. G. (1993). **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco.
- SCHERER-WARREN, I. (1994). Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na sociedade civil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.8, n.3.
- SCHVASBERG, B. (1993). **O ocidente inacabado da política urbana brasileira: a experiência do FGTS**. Brasília. (Tese de doutorado em sociologia/UNB)
- SILVA, C. A. (1994). **Novas relações entre o espaço e cultura: filmes em videocassete e vida urbana**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. (Tese de mestrado).
- SILVA, L. A. M. (1989). A alienação do político no Brasil urbano: uma avaliação do momento atual. In: VIOLA, Eduardo, SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo, orgs. **Crise política, movimentos sociais e cidadania**. Florianópolis: UFSC.
- STORPER, M. (1990). A industrialização e a questão regional no terceiro mundo. In: VALLADARES, Licia, PRETECEILLE, Edmond, coords.

- Reestruturação urbana: tendências e perspectivas.** São Paulo/Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ. (Coleção Espaços).
- TAVARES, H. M. (1993). Complexos de alta tecnologia e reestruturação do espaço. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v.7, n.1.
- VACCA, G. (1991). Estado e mercado, publico e privado. **Lua Nova**, n.24.
- VAINER, Carlos B., SMOLKA, M. O. (1991). Em tempos de liberalismo: tendências e desafios do planejamento urbano no Brasil. In: PIQUET, Roselia, RIBEIRO, Ana Clara Torres, orgs. **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Zahar/FUJB
- VALLADARES, Licia, PRETECEILLE, Edmond, coords. (1990). **Reestruturação urbana: tendências e perspectivas**. São Paulo/Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ. (Coleção Espaços).

Abstract

The essay intends to defend the necessity of a socially accepted new ideal for brazilian urban development. This ideal should include critical constributions already done to some aspects of the previous modernization projects and its social and spatial consequences. The diffusion of this new ideal is considered as being specially relevant in reason of the recognized gap between urbanization degree and urbanity levels at daily social relationships and political life. In support of that analitical perspective the essay put together some data about actual institutional and estructural limits to named urban cooperation.